

6RTD-RJ 09.09.2013
PROT00.1298506

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIAS ADICIONAIS FIDEJUSSÓRIAS, EM DUAS SÉRIES, DA NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular:

(A) **NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, sala 303, parte, bairro Jacarepaguá, CEP 22775-040, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 09.625.321/0001-56, e no NIRE sob o nº 33.3.0028685-3, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

as fiadoras:

(B) **CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, e escritório na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, nº 409, 13º andar, Centro, CEP 20071-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.001.180/0001-26, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Eletrobras");

(C) **ABENGOA CONCESSÕES BRASIL HOLDING S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, sala 303, parte, bairro Jacarepaguá, CEP 22775-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.872.408/0001-00, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Abengoa", e em conjunto com a Eletrobras, "Fiadoras");

E, ainda, na qualidade de agente fiduciário, representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais fidejussórias, em duas séries, da 1ª (primeira) emissão da Emissora ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissão", respectivamente):

(D) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Agente");





6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1298506

Fiduciário);

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais Fidejussórias, em Duas Séries, da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 16 de julho de 2013 ("AGE"), na qual foram deliberadas: (a) as condições da Emissão, conforme o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); e (b) a autorização à Diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e à Oferta Restrita (conforme definida abaixo), podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

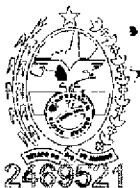
A Emissão será realizada em observância dos seguintes requisitos:

2.1. Projeto de Infraestrutura Considerado como Prioritário pelo Ministério de Minas e Energia

2.1.1. A presente Emissão é realizada nos termos do artigo 2º da Lei n.º 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), do Decreto Presidencial n.º 7.603, de 09 de novembro de 2011 ("Decreto 7.603"), da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.947, de 27 de janeiro de 2011 ("Resolução CMN 3947") e da Portaria do Ministério de Minas e Energia n.º 47, de 6 de fevereiro de 2012 ("Portaria MME 47"), para implementação da Linha de Transmissão (conforme definida abaixo), projeto este considerado como prioritário nos termos da Portaria n.º 188, do Ministério de Minas e Energia, datada de 06 de junho de 2013, e publicada no Diário Oficial da União em 07 de junho de 2013 ("Portaria MME").

2.2. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais





6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK.1 298506

S

2.2.1. A distribuição pública, com esforços restritos de colocação, das Debêntures desta Emissão será realizada nos termos da Instrução n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM" e "Instrução CVM 476", respectivamente) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Oferta Restrita").

2.2.2. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor.

2.3. Arquivamento na JUCERJA e Publicação da Ata da AGE

2.3.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o n.º 00002501309, em 30 de julho de 2013, e publicada (i) no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e (ii) no jornal "O Valor Econômico", edição nacional, em 05 de agosto de 2013, de acordo com o inciso I do artigo 62 e com o artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Arquivamento desta Escritura de Emissão e Registro das Garantias Reais

2.4.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERJA, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCERJA, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.4.3. Os instrumentos constitutivos das Garantias Reais (conforme abaixo definido) serão registrados nos competentes cartórios de títulos e documentos, de acordo com o inciso III do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do item 4.14.3.1 abaixo.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do





Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o disposto no item 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definidos) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição pelo investidor, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da referida Instrução, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o artigo 3º do seu estatuto social, a Emissora tem como objeto social, único e exclusivo, a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, nº 2, em Corrente Contínua, em cerca de 600 kV, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio – nos termos do Contrato de Concessão (conforme abaixo definido).

3.2. Número da Emissão

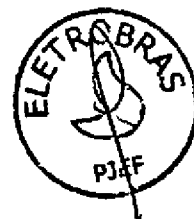
3.2.1. A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na Data de Emissão, conforme abaixo definida ("Valor Total da Emissão").

3.4. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

3.4.1. Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Debêntures, em duas séries, sendo 100.000





6RTD-RJ 09.09.2013
PROT. 1298506

7

(cem mil) Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e 100.000 (cem mil) Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série").

3.5. Instituição Escriutadora e Mandatária e Banco Liquidante

3.5.1. A instituição prestadora de serviços de escrituração e mandatária das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Instituição Escriutadora e Mandatária" e "Banco Liquidante", respectivamente).

3.6. Destinação de Recursos

3.6.1. Os recursos obtidos pela Emissora com a Oferta Restrita serão destinados à construção de linha de transmissão, cuja concessão foi outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") por meio do Contrato de Concessão nº 016/2009, celebrado pela Emissora e a ANEEL em 26 de fevereiro de 2009 e seus posteriores aditivos ("Contrato de Concessão"), compreendendo a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no Anexo 6G-CC do Edital do Leilão nº 007/2008-ANEEL, relativas à segunda linha de transmissão de corrente contínua de, aproximadamente, 600 kV, circuito simples, com extensão de, aproximadamente, 2375 Km, com origem na subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia e término na subestação Araraquara 2, no Estado de São Paulo ("Linha de Transmissão"), projeto este considerado prioritário pelo Ministério de Minas e Energia, nos termos da Portaria MME ("Projeto").

3.7. Imunidade de Debenturistas

3.7.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.

3.7.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e Instituição Escriutadora e Mandatária, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Liquidante e Instituição Escriutadora e Mandatária, sob pena de ter descontado dos rendimentos das Debêntures os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.





6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1 298506

8

3.7.3. Caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento, as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou caso haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures em razão do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida Lei, a Emissora desde já se obriga a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação do: (a) Banco BTG Pactual S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com estabelecimento na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.477, 10º ao 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.306.294/0002-26 ("BTG Pactual" ou "Coordenador Líder"); e (b) Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e nº 2.235, Bloco A, inscrita no CNPJ/MF sob nº 90.400.888/0001-42 ("Santander", e em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores"), sob o regime de garantia firme de colocação, individual e não solidária, nos termos do "Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais Fidejussórias, em Duas Séries, da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. A Oferta Restrita será realizada em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e os Coordenadores, conforme estabelecido neste item 4.1 e no Contrato de Distribuição ("Plano de Distribuição").

4.1.3. O Plano de Distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar conjuntamente, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.





6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1 298506

9

4.1.4. A Oferta Restrita terá como público alvo exclusivamente investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.4.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita descrita no presente item: (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.5. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor e quantidade aumentados em nenhuma hipótese.

4.1.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

4.1.7. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outras coisas, estar ciente de que: (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (b) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável ("Declaração de Investidor Qualificado").

4.1.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de março de 2013 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures e Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures



[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



10

6RTD-RJ 09.09.2013
PROT. 1298506

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures será, na Data de Emissão, de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3.2. As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("Atualização Monetária"), calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures e, imediatamente após a primeira data de amortização, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

- VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário (valor nominal unitário remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

Onde:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

- n = número total de números-índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo " n " um número inteiro;





6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1298506

- NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures após a data de aniversário, o " NI_k " corresponderá ao valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;
- NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês " k ";
- dup = número de Dias Úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do IPCA, sendo " dup " um número inteiro;
- dut = número de Dias Úteis contidos entre a última data de aniversário e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo " dut " um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizado o último número-índice disponível do índice de preços em questão.

- i. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- ii. Considera-se data de aniversário todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente;
- iii. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures;
- iv. O fator resultante da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}}\right)^{\frac{dup}{dut}}$ ardo com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento;
- vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil.





6RTD-RJ 09.09.2013
PROT. 1 298506

12

subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.

4.3.3. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão para as Debêntures, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.3.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 15 (quinze) dias contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal.

4.3.5. No caso de inexistir substituto legal para o IPCA, nos termos do item 4.3.4 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. O Índice a ser proposto pela Emissora deverá ser, preferencialmente, aquele que adotar a unidade de coleta mais semelhante àquela do IPCA ("Taxa Substitutiva Similar"). Na ausência ou impossibilidade de definição do novo índice conforme esse critério deverá ser proposto aquele que refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva de Mercado") e, em conjunto com a Taxa Substitutiva Similar, a "Taxa Substitutiva").

4.3.6. A Assembleia Geral de Debenturistas que deliberará sobre a Taxa Substitutiva deverá ser convocada no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado.

4.3.7. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo dos juros remuneratórios integrantes do cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado desde o dia de sua indisponibilidade.

4.3.8. A Taxa Substitutiva deverá ser aprovada pela Emissora e por Debenturistas





6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1 298506

13

representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido).

4.3.9. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva, a Emissora deverá indicar na Assembleia Geral de Debenturistas referida no item 4.3.6 acima, três instituições financeiras que tenham classificação de risco mínima, em escala nacional, de AAA, ou em escala global, de BBB-, conferidas pela Standard & Poors, Moody's ou Fitch Ratings ("Instituições Autorizadas"), cabendo à Assembleia Geral de Debenturistas decidir pela escolha de 1 (uma) das Instituições Autorizadas indicadas, a qual deverá indicar uma taxa que substitua o IPCA, nos termos do item 4.3.10 abaixo.

4.3.10. A Instituição Autorizada indicada pela Assembleia Geral de Debenturistas nos termos do item 4.3.9 acima será contratada pela Emissora, as suas expensas, e terá o prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da realização da Assembleia Geral de Debenturistas referida no item 4.3.6 acima para indicar a taxa substitutiva do IPCA, observado que a referida taxa vinculará todos os Debenturistas.

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão simples, portanto, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

4.4.2. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora e Mandatária, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP21.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantias adicionais fidejussórias, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.6. Preço e Forma de Subscrição e Integralização



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOD.1 298506

14

4.6.1. As Debêntures serão subscritas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, durante o prazo de colocação das Debêntures, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela CETIP.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 13 (treze) anos e 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2026 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures de ambas as séries será amortizado semestralmente, sendo devida a primeira parcela no dia 15 de setembro de 2017 e as demais nas datas indicadas na tabela abaixo (cada data de amortização das Debêntures, uma "Data de Amortização das Debêntures"):

Data de Amortização das Debêntures	Proporção de Amortização das Debêntures
15 de setembro de 2017	0,500%
15 de março de 2018	0,600%
15 de setembro de 2018	0,600%
15 de março de 2019	2,500%
15 de setembro de 2019	2,500%
15 de março de 2020	4,000%
15 de setembro de 2020	4,000%
15 de março de 2021	5,500%
15 de setembro de 2021	5,500%
15 de março de 2022	6,850%
15 de setembro de 2022	6,850%



15 de março de 2023	7,300%
15 de setembro de 2023	7,300%
15 de março de 2024	7,750%
15 de setembro de 2024	7,750%
15 de março de 2025	7,750%
15 de setembro de 2025	7,750%
15 de março de 2026	7,500%
15 de setembro de 2026	7,500%

4.8.2. Para efeito de cálculo de amortização semestral deverá ser considerado o Valor Nominal Unitário Atualizado a cada 12 (doze) meses, considerando-se como data de aniversário anual o dia e mês da Data de Vencimento.

4.9. Remuneração das Debêntures

4.9.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a uma taxa percentual a ser apurada em procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos Coordenadores ("Procedimento de Bookbuilding"), observada a taxa máxima equivalente a 7,50% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, conforme aprovada na AGE, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão (inclusive) ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme abaixo definido) (exclusive), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo ("Remuneração"). A Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir a taxa aplicável à Remuneração, conforme disposto neste item.

4.9.2. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (Fator_{juros} - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais sem



6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1 298506

16

arredondamento;
VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

taxa = taxa de juros fixo a ser apurada no segundo dia útil imediatamente anterior ao Procedimento de Bookbuilding, conforme disposto no item 4.9.1. acima, informada com 4 (quatro) casas decimais;
DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, Data de Incorporação (conforme definido no item 4.10.2 abaixo) ou data do último pagamento de juros, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

4.10. Período de Capitalização

4.10.1. Define-se "Período de Capitalização das Debêntures" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures, ou na Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

4.10.2. Durante o período compreendido entre a Data de Emissão e a primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, nos termos do item 4.11 abaixo (indistintamente, para cada período até a primeira Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures,



"Período de Carência"), exclusivamente para fins de cálculo da Remuneração, as referências às Datas de Pagamento da Remuneração deverão ser compreendidas como sendo a data de aniversário semestral das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso. Durante o Período de Carência, a Remuneração será incorporada ao Valor Nominal Unitário Atualizado ao final de cada Período de Capitalização ("Data de Incorporação"). A Data de Incorporação para as Debêntures da Primeira Série será 15 de setembro de 2013. A primeira Data de Incorporação para as Debêntures da Segunda Série será 15 de setembro de 2013 e a última Data de Incorporação para as Debêntures da Segunda Série será 15 de março de 2016. Sobre a periodicidade de atualização monetária para efeito de juros pode-se considerar mensal.

4.11. Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures

4.11.1. O pagamento da Remuneração, calculada nos termos do item 4.3 acima, será feito semestralmente, de acordo com as tabelas a seguir (cada Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira ou das Debêntures da Segunda Série, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures"):

Para as Debêntures da Primeira Série:

Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série
15 de março de 2014
15 de setembro de 2014
15 de março de 2015
15 de setembro de 2015
15 de março de 2016
15 de setembro de 2016
15 de março de 2017
15 de setembro de 2017
15 de março de 2018
15 de setembro de 2018
15 de março de 2019
15 de setembro de 2019
15 de março de 2020
15 de setembro de 2020



6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK.1 298506

18

15 de março de 2021
15 de setembro de 2021
15 de março de 2022
15 de setembro de 2022
15 de março de 2023
15 de setembro de 2023
15 de março de 2024
15 de setembro de 2024
15 de março de 2025
15 de setembro de 2025
15 de março de 2026
15 de setembro de 2026

Para as Debêntures da Segunda Série:

Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série
15 de setembro de 2016
15 de março de 2017
15 de setembro de 2017
15 de março de 2018
15 de setembro de 2018
15 de março de 2019
15 de setembro de 2019
15 de março de 2020
15 de setembro de 2020
15 de março de 2021
15 de setembro de 2021
15 de março de 2022
15 de setembro de 2022
15 de março de 2023
15 de setembro de 2023
15 de março de 2024
15 de setembro de 2024
15 de março de 2025

RJ - 1046507v1



16

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1 298506

19

15 de setembro de 2025
15 de março de 2026
15 de setembro de 2026

4.12. Resgate Antecipado

4.12.1. As Debêntures não serão objeto de resgate antecipado parcial ou total, com exceção da hipótese constante no item 4.15.6 abaixo.

4.13. Repactuação Programada

4.13.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.14. Garantias

4.14.1. Todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas pela Emissora com relação às Debêntures, conforme estabelecidas nesta Escritura de Emissão, contarão com as garantias descritas neste item 4.14 ("Garantias"), formalizadas nesta Escritura de Emissão ou em outros instrumentos de garantias, a saber, os instrumentos de Fianças Bancárias, o Contrato de Penhor de Ações, o Contrato de Cessão Fiduciária, e observados os termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias (definidos abaixo, e em conjunto, os "Contratos de Garantia").

4.14.2. Nos termos descritos no item 4.14 desta Escritura de Emissão, as Debêntures contarão com a seguinte estrutura de Garantias:

- (i) Fianças Bancárias (conforme abaixo definidas) a partir da Data de Emissão e até a ocorrência do *Completion Técnico* (conforme abaixo definido);
- (ii) Fiança Corporativa (conforme abaixo definida) a partir da ocorrência do *Completion Técnico* (inclusive) e até a ocorrência do *Completion Financeiro* (conforme abaixo definido); e
- (iii) Garantias Reais (conforme abaixo definidas) a partir da Data de Emissão e até o cumprimento pela Emissora de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.





6RTD-RJ 09.09.2013
PROT. 1 298506

22

4.14.3. Garantias Reais. O Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0834.1", celebrado entre a Emissora, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES") e terceiros, no valor de R\$1.050.000.000,00 (um bilhão e cinquenta milhões de reais), firmado em 2 de outubro de 2012 ("Contrato de Financiamento" e "Financiamento BNDES", respectivamente) tem como garantias (i) o penhor da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora; e (ii) a cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes da concessão, bem como dos direitos creditórios decorrentes das contas resultantes do Contrato de Concessão ("Garantias Reais"), que serão compartilhadas com os Debenturistas, nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme abaixo definido), a partir da Data de Emissão. As Garantias Reais são abaixo detalhadas:

- (i) Penhor da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as ações alienadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas aos acionistas no capital social da Emissora, ou seu eventual sucessor legal por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações alienadas, distribuição de bonificações, direito de subscrição de novas ações representativas do capital da Emissora, bônus de subscrição, conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade dos acionistas no capital da Emissora, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir do Aditivo n.º 1 ao "Contrato de Penhor da Totalidade das Ações de Emissão da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A." firmado entre o BNDES, as Fiadoras e a Emissora, na qualidade de interveniente, em 4 de outubro de 2012 ("Contrato de Penhor de Ações"), venham a substituir as ações empenhadas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ("Ações Empenhadas"); e
- (ii) Cessão fiduciária, nos termos do Aditivo n.º 1 ao "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças" firmado entre a Emissora, o BNDES e o Banco do Brasil S.A. em 4 de outubro de 2012 ("Contrato de Cessão Fiduciária") da totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão, e provenientes do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 016/2009, firmado entre a Emissora e o Operador Nacional do Sistema



Elétrico – ONS ("ONS"), em 26 de maio de 2009, e seus posteriores aditivos ("Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão"), compreendendo, mas não se limitando a: (a) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Emissora, incluído o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão; (b) os direitos creditórios da Emissora, provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no Contrato de Concessão, no Contrato de Prestação de Serviços e nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as concessionárias de transmissão e as usuárias do sistema de transmissão, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão; (c) os direitos creditórios das seguintes contas: (i) "Conta Centralizadora", na qual serão depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos descritos neste item; (ii) "Conta Reserva das Debêntures", a ser capitalizada e movimentada, antes da declaração de vencimento antecipado, exclusivamente para pagamento das prestações de amortização das Debêntures, no caso de insuficiência de recursos na "Conta Centralizadora", nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, e após a declaração de vencimento antecipado, compartilhada entre os Debenturistas e o BNDES, nos termos do Contrato de Compartilhamento; (iii) "Conta Reserva do BNDES", a ser capitalizada e movimentada, antes da declaração de vencimento antecipado, exclusivamente para pagamento das prestações de amortização do Contrato de Financiamento, no caso de insuficiência de recursos na "Conta Centralizadora", nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, e após a declaração de vencimento antecipado, compartilhada entre os Debenturistas e o BNDES, nos termos do Contrato de Compartilhamento; (iv) "Conta Seguradora", na qual serão depositados todos os eventuais recursos recebidos pela Emissora em caso de execução ou pagamento das garantias outorgadas ou dos instrumentos de seguro e de seguro-garantia previstos nos contratos para a implantação do Projeto, firmados pela Emissora e dos quais esta seja beneficiária; (v) "Conta Pagamento das Debêntures", para a qual serão transferidos recursos mensais para o pagamento das parcelas de amortização das Debêntures, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; e (vi) "Conta de Complementação do ICSD", conforme definido na presente Escritura de Emissão; (d) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da Emissora que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão, do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão, dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão, ou decorrentes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Emissora ("Direitos Creditórios" e "Cessão



6RTD-RJ 09.09.2013
PROT. 1298506

22

Fiduciária", respectivamente).

4.14.3.1. O Contrato de Penhor de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das cidades indicadas no Contrato de Penhor de Ações e no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme previsto nos respectivos instrumentos. Após o registro dos instrumentos das Garantias Reais, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário as vias originais registradas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento.

4.14.3.2. O penhor sobre as ações objeto do Contrato de Penhor de Ações deverá ser averbado no livro de registro de ações da Emissora na mesma data da assinatura do Contrato de Penhor de Ações.

4.14.4. As Garantias Reais serão compartilhadas proporcionalmente ao saldo devedor das Debêntures e do Financiamento BNDES, e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, entre (i) os titulares das Debêntures, e (ii) o BNDES, em decorrência do Financiamento BNDES e, portanto, estarão sujeitas, aos termos e condições do Contrato de Compartilhamento de Garantias a ser celebrado entre o Agente Fiduciário (representando os Debenturistas), o BNDES e a Emissora ("Contrato de Compartilhamento de Garantias").

4.14.4.1. O Contrato de Compartilhamento de Garantias será registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das cidades do Rio de Janeiro pela Emissora em até 20 (vinte) dias contados de sua assinatura. Após o registro do Contrato de Compartilhamento de Garantias, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário as vias originais registradas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento.

4.14.5. Fianças Bancárias. Por meio dos (i) Instrumentos de Fiança firmados pelo BTG Pactual em 2 de setembro de 2013 ("Fianças BTG Pactual"); e (ii) Instrumento de Fiança firmado pelo Santander em 2 de setembro de 2013 ("Fiança Santander"), o BTG Pactual e o Santander se obrigaram, nos termos dos referidos instrumentos, de forma não solidária, irrevogável e irretroatável, em benefício único e exclusivo dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos dos artigos 818 *et seq.* da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis com a Emissora, de todos e quaisquer valores, principais e/ou acessórios, incluindo os encargos moratórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou





6RTD-RJ 09.09.2013
PROT. 1 298506

23

extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes desta Escritura de Emissão, acrescido da Atualização Monetária e da Remuneração, respeitado o valor limite de cada fiança bancária, em relação ao principal, custos e despesas, sendo R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) para as Fianças BTG Pactual, e R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para a Fiança Santander, atualizados pela Atualização Monetária e pela Remuneração ("Valor Limite das Fianças Bancárias"), nos termos dos instrumentos de fianças bancárias ("Fianças Bancárias", e "Obrigações Garantidas", respectivamente).

4.14.5.1. O Valor Limite das Fianças Bancárias, conforme descrito no item 4.14.5 acima, representa a proporção de 70% (setenta por cento) para o BTG Pactual, e 30% (trinta por cento) para o Santander.

4.14.5.2. As Fianças Bancárias serão registradas no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data da assinatura dos instrumentos das Fianças Bancárias, conforme previsto nos respectivos instrumentos. Após o registro das Fianças Bancárias, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário as vias originais registradas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento.

4.14.5.3. As Fianças Bancárias foram outorgadas com prazo de vigência de 15 (quinze) meses contados da data da efetiva integralização das Debêntures.

4.14.5.4. As Fianças Bancárias foram celebradas sob condição resolutiva, nos termos dos artigos 127 e 474 do Código Civil, e perderão sua eficácia após a entrega pelo Agente Fiduciário dos instrumentos das Fianças Bancárias originais ou de termo de exoneração das Fianças Bancárias, mediante a ocorrência cumulativa dos seguintes eventos, a serem comprovados ao Agente Fiduciário pela Emissora ("Completion Técnico"), nos termos dos instrumentos das Fianças Bancárias ("Condição Resolutiva das Fianças Bancárias"):

- a) comprovação, pela Emissora, da constituição da Cessão Fiduciária descrita no item 4.14.3 (ii) acima, mediante a apresentação do Contrato de Cessão Fiduciária devidamente formalizado e registrado;





- b) comprovação, pela Emissora, da constituição do penhor das Ações Empenhadas descrito no item 4.14.3 (i) acima, mediante a apresentação de cópia autenticada do livro de registro de ações nominativas da Emissora;
- c) comprovação, pela Emissora, da realização das notificações previstas no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido); e
- d) estar a Emissora em operação comercial plena, com recebimento da Receita Anual Permitida - RAP por 3 (três) meses consecutivos, e recebendo regularmente na "Conta Centralizadora" descrita no item 4.14.3 (ii) acima, os Direitos Creditórios e o preenchimento da "Conta Reserva das Debêntures".

4.14.5.5. Na hipótese do *Completion Técnico* não ocorrer em até 60 (sessenta) dias antes da data de vencimento das Fianças Bancárias, a Emissora deverá tomar todas as providências para renovar as Fianças Bancárias, por um prazo adicional de 6 (seis) meses, ou substituir as Fianças Bancárias, com os mesmos termos e condições em relação às Obrigações Garantidas, junto às Instituições Autorizadas. A não manutenção das Fianças Bancárias pela Emissora, nos termos deste item 4.14.5.5, resultará no vencimento antecipado não automático das Debêntures, nos termos do item 4.15.2 (j) abaixo.

4.14.5.6. O BTG Pactual e/ou o Santander, na qualidade de fiadores, subrogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, com quaisquer das Fianças Bancárias objeto deste item.

4.14.6. Fiança Corporativa. Por meio desta Escritura de Emissão e sujeito às condições suspensivas e resolutivas descritas nos itens 4.14.6.4 e 4.14.6.5 abaixo, as Fiadoras prestam fiança aos Debenturistas, em caráter não solidário entre si, declarando-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais pagadoras do pagamento integral das Obrigações Garantidas ("Fiança Corporativa").

4.14.6.1. As Fiadoras se obrigam, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, a pagar as Obrigações Garantidas no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário, informando a falta de pagamento de qualquer das Obrigações Garantidas. Os pagamentos serão realizados pelas Fiadoras fora do âmbito da CETIP, de acordo com as instruções apresentadas pelo Agente Fiduciário, observadas as disposições previstas nesta Escritura de Emissão.





4.14.6.2. As Fiadoras, nos termos dos incisos I e II do artigo 828 do Código Civil, expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). Todos e quaisquer pagamentos realizados pelas Fiadoras em relação à Fiança Corporativa ora prestada serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo as Fiadoras pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que o Debiturista recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis. Tal previsão inclui quaisquer outros tributos que porventura venham a incidir sobre os pagamentos aqui previstos, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos mencionados já existentes.

4.14.6.3. A responsabilidade das Fiadoras em relação às Obrigações Garantidas é limitada à seguinte proporção: (i) 49% (quarenta e nove por cento) para a Eletrobras; e (ii) 51% (cinquenta e um por cento) para a Abengoa.

4.14.6.4. A Fiança Corporativa é assumida pelas Fiadoras sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil, e somente tornar-se-á eficaz a partir (inclusive) da verificação da Condição Resolutiva das Fianças Bancárias ("Condição Suspensiva da Fiança Corporativa").

4.14.6.5. A Fiança Corporativa, sem prejuízo da Condição Suspensiva da Fiança Corporativa, é também assumida pelas Fiadoras sob condição resolutiva, nos termos dos artigos 127 e 474 do Código Civil, e neste sentido, perderá sua eficácia após a ocorrência cumulativa dos seguintes eventos, a serem comprovados ao Agente Fiduciário pela Emissora ("Condição Resolutiva da Fiança Corporativa" e "Completion Financeiro", respectivamente):

- a) comprovação pela Emissora do pagamento de, ao menos, 12 (doze) prestações de amortização do Contrato de Financiamento;
- b) comprovação de que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") atingiu, no período de 12 (doze) meses anteriores ao pedido de exoneração, o valor mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), com base nas demonstrações financeiras elaboradas pelos auditores independentes da Emissora, que deverão apresentar explicitamente todos os valores utilizados na metodologia de cálculo constante do Anexo





26

I desta Escritura de Emissão, ainda que em notas explicativas: e

- c) exoneração da Fiança Corporativa pelo BNDES, nos termos do Contrato de Financiamento.

4.14.6.6. As Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, com a Fiança Corporativa objeto deste item. Na hipótese de sub-rogação prevista neste item, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado ao cumprimento integral das Obrigações Garantidas com a satisfação integral do crédito dos Debenturistas.

4.14.6.7. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.14.6.8. As Fiadoras desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas.

4.14.6.9. As Fiadoras concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela desembolsado nos termos da Fiança Corporativa depois de terem os Debenturistas recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.14.6.10. Observado o disposto no item 4.14.6.13 abaixo, a Fiança Corporativa poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas.

4.14.6.11. A Fiança Corporativa é prestada pelas Fiadoras com base nas aprovações societárias realizadas na (i) RCA da Eletrobras, realizada em 21 de junho de 2013; e (ii) AGE da Abengoa, realizada em 01 de julho de 2013.

4.14.6.12. Em virtude da Fiança Corporativa prestada pelas Fiadoras em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão deverá ser apresentada para registro no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora, do Agente Fiduciário e das Fiadoras, em até 20 (vinte) dias corridos contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão. Após o registro da Escritura de Emissão, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário o comprovante de registro no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento.





6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1 298506

27

4.14.6.13. Observado o disposto no item 4.14.5.5 acima, a Fiança Corporativa permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras modificações de suas condições fixadas nas Debêntures, na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição, nos Contratos de Garantia e/ou nos demais documentos da Oferta Restrita.

4.14.7. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretroatável, para, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, promover o registro das Garantias, caso a Emissora não o faça, às expensas da Emissora, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil, conforme previsto nos Contratos de Garantia. O eventual registro das Garantias efetuados pelo Agente Fiduciário não isenta o descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, nos termos da Cláusula 4.15.2 alínea (a) desta Escritura de Emissão.

4.15. Vencimento Antecipado

4.15.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de cura de 2 (dois) Dias Úteis contados de seu descumprimento;
- (b) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido no prazo legal;
- (c) pedido de auto-falência formulado pela Emissora;
- (d) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe





28
6RTD-RJ 09.09.2013
PROT. 1 298506

de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou se a Emissora, por qualquer motivo, encerrar suas atividades;

- (e) intervenção, liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Emissora;
- (f) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita, conforme estabelecido no item 3.6 desta Escritura de Emissão;
- (g) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações a serem assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia autorização dos Debenturistas;
- (h) questionamento pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou pelas controladoras da Emissora da validade e exequibilidade das Garantias;
- (i) (a) vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que esteja sujeita a Emissora, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e que não sejam decorrentes da presente Escritura de Emissão, em montante igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), não sanado no prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis contados do inadimplemento, e desde que tais dívidas tenham sido assumidas com a concordância prévia e expressa dos Debenturistas e do BNDES, ou (b) vencimento antecipado do Financiamento BNDES;
- (j) redução do capital social da Emissora, exceto se previamente aprovado pelos Debenturistas;
- (k) cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, sem a prévia autorização dos Debenturistas, ressalvado o disposto no artigo 231 e parágrafos da Lei das Sociedades por Ações;
- (l) transformação da Emissora em sociedade limitada;





- (m) não renovação, cancelamento, suspensão, revogação, encampação, caducidade ou extinção da concessão objeto do Contrato de Concessão; e
- (n) alteração do objeto social da Emissora, de forma que a atividade principal da Emissora deixe de ser a transmissão de energia elétrica.

4.15.2. O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, a Assembleia Geral de Debenturistas, visando deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido no item 4.15.5 abaixo, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático") e, em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, "Hipóteses de Vencimento Antecipado"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, observados os prazos de remediação específicos, se houver;
- (b) caso a Emissora não mantenha, a cada período de apuração, o montante requerido na Conta Reserva das Debêntures ou na Conta de Complementação do ICSD, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, se aplicável;
- (c) comprovação de inveracidade, falsidade ou omissão material de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia;
- (d) desapropriação, confisco, arresto, sequestro ou penhora de bens ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de bens da Emissora, que, individual ou conjuntamente, em qualquer destes casos, representem 20% (vinte por cento) do ativo total da Emissora, apurado em suas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas, exceto se a Emissora comprovar em até 20 (vinte) Dias Úteis da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida;
- (e) inobservância da legislação socioambiental, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao crime contra o meio ambiente, bem como, se a Emissora incentivar, de qualquer forma, a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição



análoga à de escravo, conforme (i) verificado por decisão administrativa não passível de recurso ou existência de sentença transitada em julgado contra a Emissora em razão de tal inobservância ou incentivo; ou (ii) pela inclusão da Emissora em qualquer espécie de lista oficial emitida por órgão governamental brasileiro de empresas que descumpram regras de caráter socioambiental, desde que não solucionada no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da data da respectiva inclusão;

- (f) término, rescisão, cancelamento ou declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão, do Contrato de Concessão, do Contrato de Engenharia, Suprimento, Construção e Montagem, celebrado entre a Emissora e a Construtora Integração Ltda. em 30 de junho de 2010, conforme aditado, dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as concessionárias de transmissão e todos os agentes do setor elétrico conectados ao sistema de transmissão pertencente à Emissora, bem como quaisquer outros documentos, contratos ou acordos necessários para a manutenção e operação do Projeto, existentes ou que venham a ser celebrados pela Emissora e/ou pelas controladoras ("Contratos do Projeto"), que possa resultar em efeito material adverso relevante, segundo critério razoável adotado pelos Debenturistas, para as atividades da Emissora ou a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (g) não observância pela Emissora, em cada período de apuração, do ICSD mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), e desde que, caso, em qualquer período de apuração, o ICSD apurado esteja no intervalo entre 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), inclusive, e 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), exclusive, e a Emissora não deposite em conta vinculada a ser aberta em seu nome ("Conta de Complementação do ICSD") e que será constituída como garantia das Debêntures, anteriormente à apresentação, ao Agente Fiduciário, de relatório trimestral elaborado pelos auditores independentes da Emissora, o valor necessário para que o ICSD modificado, ou seja, considerando em seu cálculo os valores depositados na Conta de Complementação do ICSD, atinja 1,30 (um inteiro e trinta centésimos). O ICSD será acompanhado pelo Agente Fiduciário e calculado de acordo com a fórmula descrita no Anexo I desta Escritura de Emissão, com base nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores cobertos por informações financeiras auditadas da Emissora, a partir do período encerrado em 30 de abril de 2015, em até 10 (dez) dias corridos após a divulgação das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures conforme rubricas a serem divulgadas em nota explicativa pela Emissora, a serem validadas pelos auditores independentes da Emissora;



- (h) não manutenção pela Emissora das Fianças Bancárias, nos termos do item 4.14.5.5 acima, ou caso as fianças se tornem ineficazes ou nulas, até a ocorrência da Condição Resolutiva das Fianças Bancárias, nos termos do item 4.14.5.4 acima;
- (i) observadas suas respectivas condições resolutivas e condição suspensiva, conforme aplicável, caso as Garantias venham a se tornar inválidas, ineficazes, inexecutáveis ou insuficientes;
- (j) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais da Emissora, que afetem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar da data de tal decisão de não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença, autorização ou alvará;
- (k) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 20 (vinte) Dias Úteis contados do protesto (1) for validamente comprovado pela Emissora que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, ou (2) o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou (3) tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou (4) a Emissora tiver apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;
- (l) alienação e/ou constituição e/ou prestação pela Emissora, de quaisquer ônus, gravames, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade, conforme aplicável, da Emissora, em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade "leasing operacional", em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora, não superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis; (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão; ou (iv) Garantias que serão prestadas no âmbito desta Emissão, nos termos dos Contratos de Garantia;





6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1 298506

32

- (m) pedido de falência formulado por terceiros em face das Fiadoras e/ou das controladoras da Emissora e não devidamente elidido no prazo legal;
- (n) pedido de auto-falência formulado pelas Fiadoras e/ou pelas controladoras da Emissora;
- (o) se as Fiadoras e/ou as controladoras da Emissora propuserem plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se as Fiadoras e/ou as controladoras da Emissora ingressarem em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou se as Fiadoras e/ou as controladoras da Emissora, por qualquer motivo, encerrarem suas atividades;
- (p) intervenção, liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência das Fiadoras e/ou das controladoras da Emissora;
- (q) não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão administrativa, judicial ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- (r) comprovação de que qualquer disposição desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer outro documento relacionado a tal instrumento for revogada, rescindida, se tornar nula ou deixar de estar em pleno efeito e vigor;
- (s) caso os acionistas não aportem os recursos necessários para se atingir o *Completion Técnico*, incluindo recursos necessários para cobrir eventuais acréscimos do orçamento global do Projeto ou custos relativos a atrasos na entrada em operação da Linha de Transmissão;
- (t) caso a Emissora contrate novos endividamentos, com exceção de (a) endividamentos que não ultrapassem, a qualquer tempo, o montante agregado de endividamento da Emissora de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e que tenham como única finalidade o reforço de capital de giro da Emissora; e (b) endividamentos previamente aprovados pelos Debenturistas; e
- (u) alteração, alienação ou transferência do controle acionário direto ou indireto da





6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1 298506

33

Emissora, exceto se houver anuência prévia dos Debenturistas.

4.15.3. Os valores mencionados nos itens 4.15.1 (i), e 4.15.2 (k), (l), (q) e (t) acima serão reajustados ou corrigidos anualmente pelo IPCA.

4.15.4. As referências a "controle" encontradas nos itens 4.15.1 e 4.15.2 acima deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

4.15.5. Observado o disposto no item 4.15.6 abaixo e ressalvados os quoruns específicos previstos nesta Escritura de Emissão, se, nas Assembleias Gerais de Debenturistas referidas no item 4.15.2 acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), das Debêntures em Circulação ou, em segunda convocação, Debenturistas representando, no mínimo, maioria simples das Debêntures em Circulação presentes na Assembleia, determinarem que o Agente Fiduciário declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures.

4.15.6. Na hipótese da Emissora efetuar o pagamento parcial ou total do Financiamento BNDES de forma extraordinária, ou seja, não programada, os quoruns e procedimentos previstos no item 4.15.5 deixarão de ser aplicáveis, de forma que, apenas a partir da ocorrência do evento descrito neste item 4.15.6, caso nas Assembleias Gerais de Debenturistas referidas no item 4.15.2 acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação ou, em segunda convocação, Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures.

4.15.7. Em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se aos pagamentos previstos no item 4.15.1 acima, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da declaração do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário. Caso a Emissora não consiga honrar com as obrigações previstas neste item, os Debenturistas poderão executar as Garantias, nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias.

4.15.8. Não configurará Hipótese de Vencimento Antecipado ou de necessidade de anuência prévia, seja pelo Agente Fiduciário, seja pela Assembleia Geral de Debenturistas, qualquer alteração no fluxo de pagamentos da Emissora ao BNDES em decorrência de eventual





6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK.1 298506

34

reescalonamento, incluindo, mas não se limitando, a prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida assumida pela Emissora perante o BNDES nos termos do Contrato de Financiamento, desde que permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos semestrais de amortização e remuneração das Debêntures.

4.15.9. As Hipóteses de Vencimento Antecipado previstas nos itens 4.15.1. (j) e 4.15.2 (o), (p), (q), (r) e (s) acima serão aplicáveis aos Fiadores tão somente enquanto a Fiança Corporativa e as Fianças Bancárias forem válidas e eficazes.

4.16. Multa e Juros Moratórios

4.16.1. Sem prejuízo da Atualização Monetária e da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados pela Atualização Monetária e pela Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* ("Encargos Moratórios").

4.17. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.17.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.15 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento da Atualização Monetária e da Remuneração e/ou Encargos Moratórios previstos no item 4.16 acima, a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data em que os recursos se tornarem disponíveis.

4.18. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.18.1. Ressalvado o disposto no item 4.18.2 abaixo, quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, e posteriormente





arquivados na JUCERJA.

4.18.2.A Emissora e o Agente Fiduciário poderão aditar esta Escritura de Emissão, independente de prévia autorização dos Debenturistas, na hipótese de substituição do IPCA, observado que os requisitos e disposições previstos nos 4.3.5 a 4.3.10 deverão ser estritamente observados.

4.19. Local de Pagamento

4.19.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme seus procedimentos, ou, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Banco Liquidante.

4.20. Prorrogação dos Prazos

4.20.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado nacional, sábado, domingo ou dia em que não exista expediente comercial ou bancário na Cidade de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado nacional, sábado ou domingo. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

4.21. Publicidade

4.21.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados, nos termos da Instrução CVM 476, no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - *internet*. A publicação do referido aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

4.22. Aquisição Facultativa



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1 298506

36

4.22.1. Nos termos do artigo 55, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Emissora, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observadas as restrições de negociação e prazo previstos na Instrução CVM 476: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser cancelado, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, observado o disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, conforme aplicável. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável e noutras disposições desta Escritura de Emissão, a Emissora está obrigada a:

(a) disponibilizar ao Agente Fiduciário:

(i) em até 90 (noventa) dias contados da data do encerramento de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao respectivo exercício social preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração, que conterá declaração assinada por representante legal da Emissora, com poderes para tanto, atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão pela Emissora, bem como relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD, devidamente calculado pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(ii) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados;





6RTD-RJ 09.09.2013
PROT. 1298506

37

- (iii) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data em que tomar ciência do respectivo descumprimento; e
- (iv) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"):
- (b) manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em efeito material adverso, segundo critério razoável adotado pelos Debenturistas, para as atividades da Emissora ou a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (c) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (d) manter vigentes as apólices de seguros necessárias para a cobertura do Projeto, conforme as práticas usuais de mercado na data de celebração desta Escritura de Emissão;
- (e) notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer Hipóteses de Vencimento Antecipado previstas no item 4.15 desta Escritura de Emissão em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que a Emissora tomar conhecimento de sua ocorrência;
- (f) notificar o Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil contado da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da





6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK.1 298506

38

Emissora;

- (g) cumprir com suas obrigações relacionadas ao pagamento de todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial ou cujo não pagamento não resulte em um efeito material adverso para a Emissora, segundo critério razoável adotado pelos Debenturistas;
- (h) prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, de valor individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (i) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (j) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (k) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (l) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 90 (noventa) dias contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (m) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, dando ciência por e-mail ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis;
- (n) não conceder mútuos ou financiamentos ou distribuir dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro ou qualquer outra forma de distribuição de recursos, a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas



[Assinaturas manuscritas]



6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1 298506

39

à Emissora, exceto (i) no caso de estar apresentando o ICSD igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) e (ii) do pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo;

- (o) encaminhar qualquer informação relevante sobre a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após solicitação escrita nesse sentido feita pelo Agente Fiduciário;
- (p) disponibilizar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, conforme aplicável, relacionada às Hipóteses de Vencimento Antecipado, em prazo não superior a 1 (um) Dia Útil após o seu recebimento;
- (q) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, Instituição Escriutadora e Mandatária, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (r) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão;
- (s) cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (t) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (u) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, no que se refere à Oferta Restrita, com envio de documentos, se for o caso, prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e pela CETIP;



u



6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOC. 1298506

40

- (v) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme a Cláusula Sétima abaixo, especialmente convocada para esse fim;
- (w) caso o Agente Fiduciário não o faça, convocar, nos termos da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas à presente Emissão;
- (x) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (y) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (l) e (m) acima; (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP n.º 28, de 2 de abril de 2009;
- (z) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitada e convocada nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (aa) contratar, para o início da Oferta Restrita, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco entre Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizar anualmente, até a Data de Vencimento; o relatório da classificação de risco elaborado (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, (i) contratar outra agência de classificação de risco sem





6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1298506

41

necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;

- (bb) contratar e manter contratados, às suas expensas, o Banco Liquidante, a Instituição Escriutadora e Mandatária, a CETIP e o Agente Fiduciário, bem como a tomar todas e quaisquer providências que se façam necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (cc) não constituir, em favor de terceiros, garantias sobre os Direitos Creditórios, com exceção da cessão fiduciária em garantia compartilhada com o BNDES nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (dd) uma vez formalizadas e constituídas, manter sempre válidas e exigíveis as Garantias da Emissão;
- (ee) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das obrigações garantidas pelas Garantias, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as obrigações garantidas, incluindo, mas não se limitando aos Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, e as ações empenhadas nos termos do Contrato de Penhor de Ações, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa as obrigações garantidas;
- (ff) aplicar os recursos como previsto na aprovação do Projeto como prioritário pelo Ministério de Minas e Energia;
- (gg) aportar todo recurso que for necessário à construção da Linha de Transmissão, arcando com os custos de quaisquer insuficiências que ocorrerem na realização de recursos necessários à execução do Projeto;
- (hh) apresentar, até 30 (trinta) de setembro de 2015, o Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção definitivo, devidamente formalizado e registrado, cujo valor máximo anual não poderá ultrapassar R\$6.957.000,00 (seis milhões, novecentos e cinquenta e sete mil reais), data-base de março de 2012, atualizado pelo IPCA, observado ainda que, em caso de mudanças no prestador de serviços, referida mudança deverá ser

[Assinatura]



[Assinatura]



6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK.1 298506

42

aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, maioria simples das Debêntures em Circulação presentes em Assembleia Geral de Debenturistas. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a matéria prevista neste inciso (gg) não seja realizada no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da comunicação sobre a mudança no prestador de serviços, a mudança do prestador de serviços será considerada tacitamente aprovada pelos Debenturistas; e

- (ii) cumprir com as obrigações referentes aos Princípios do Equador, disponíveis no *website* [www.equator-principles.com /documents/Equator_Principles.pdf](http://www.equator-principles.com/documents/Equator_Principles.pdf), cujos parâmetros são também definidos pelos Padrões de Desempenho e pelas diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança disponíveis no *website* <http://www.ifc.org/ifcext/sustainability.nsf/Content/EnvSocStandards>.

CLÁUSULA SEXTA - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;





6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK.1 298506

43

- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
- (g) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (i) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, especialmente, a regularidade das Garantias Reais, nos termos no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, baseado nas informações prestadas pela Emissora; o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente quanto à veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (k) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e
- (l) Para fins do §2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário informa que inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário no período.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição. Em ambos os casos, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de instrumento cabível assinado pelas Partes.

6.4. Serão devidas pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto dia útil) contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.



Assinaturas manuscritas

44

6.4.1. As parcelas citadas na cláusula 6.4 acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN; Programa de Integração Social – PIS; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.2. As parcelas de remuneração serão atualizadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.4. As remunerações devidas ao Agente Fiduciário, conforme acima descrito, não incluem as despesas com viagens, alimentação, estadias, transporte, despesas com *conference calls*, contatos telefônicos e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas às Debêntures e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

6.4.5. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente,



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



6RTD-RJ 09.09.2013
PROT. 1 298506

45

ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.4.6. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

6.4.7. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 5 (cinco) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

6.4.8. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (d) locomoções entre Estados da Federação com as respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (f) despesas com cartórios e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

6.4.9. As despesas incorridas pelo Agente Fiduciário em decorrência da proteção dos direitos e



45

45

45



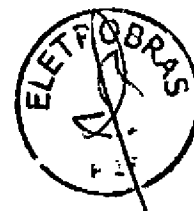
6RTD-RJ 09.09.2013
PROT. 1298506

46

interesses dos Debenturistas e que não tenham sido devidamente reembolsadas pela Emissora, deverão ser incluídas à dívida da Emissora em decorrência desta Escritura de Emissão e gozarão das mesmas garantias que gozam as Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento desta dívida.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro (i) desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, da sede das Fiadoras; e (ii) das Garantias nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que





6RTD-RJ 09.09.2013
PROT. 1 298506

47

estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;

- (i) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, conforme item 4.21 acima;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, atos societários e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações necessárias à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;



Assinatura manuscrita

Assinatura manuscrita



6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1 298506

48

- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, bem como todas as disposições e obrigações nos Contratos de Garantia;
- (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (vii) resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
- (ix) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos nos itens 1 a 7 da alínea "k" do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM 28;
- (m) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;

[Assinatura]



[Assinatura]



6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1298506

49

- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, à Instituição Escrituradora e Mandatária, o Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, a Instituição Escrituradora e Mandatária, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora, bem como todas as disposições e obrigações relacionadas aos Contratos de Garantia;
- (q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.21 acima, acerca de qualquer inadimplemento pela Emissora, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da data em que tomar ciência da ocorrência ou da data em que o evento se tornar público, o que ocorrer primeiro, de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações;
- (r) disponibilizar o Preço Unitário a ser calculado pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do website www.pentagonotrustee.com.br;
- (s) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (t) divulgar as informações referidas no subitem (x) da alínea (p) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (u) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (v) acompanhar as obrigações da Emissora nos Contratos de Garantia, bem como cumprir com as obrigações estabelecidas pelo Agente Fiduciário nos Contratos de Garantia; e

[Assinatura]
-5-



[Assinatura]



6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK.1 298506

50

- (w) acompanhar com o Banco Liquidante em cada Data de Pagamento de Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) executar as Fianças e as Garantias Reais descritas no item 4.14 acima, conforme em vigor, bem como quaisquer outras garantias constituídas, em favor dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência, ou conforme o caso a insolvência, da Emissora;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção, liquidação ou insolvência da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação de 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (e) do item 6.6 acima.

6.6.2. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora, inclusive quanto aos Investimentos Permitidos descritos no Novo Anexo IV do Contrato de Cessão





6RTD-RJ 09.09.2013
PROT. 1298506

51

Fiduciária . A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.6.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

6.6.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento ou nos Contratos de Garantia, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, conforme definido na Cláusula Sétima, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à





6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1298506

52

indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.14 acima.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.21 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

7.3. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, conforme item 4.21 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da





6RTD-RJ 09.09.2013
PROT. 1298506

53

regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 8 (oito) dias, contados da nova publicação do edital de convocação.

7.6. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 7.8 abaixo, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

7.7. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.8. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.11. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.12. Exceto de outra forma estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em





6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK.1 298506

54

Circulação ou, em segunda convocação, Debenturistas representando, no mínimo, maioria das Debêntures em Circulação.

7.13. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que tenham por objeto alterar: (a) a Remuneração das Debêntures; (b) as Datas de Pagamento da Remuneração; (c) o prazo de vencimento das Debêntures; (d) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (e) as Hipóteses de Vencimento Antecipado estabelecidas nos itens 4.15.1 e 4.15.2 acima; (f) os quóruns de deliberação estabelecidos nesta Escritura; (g) as Garantias, observadas, porém, as disposições constantes dos respectivos instrumentos constitutivos dessas garantias; e/ou (h) os procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas estabelecidas nesta Cláusula Sétima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.14. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.15. Independentemente das formalidades previstas na legislação ou nesta Cláusula Sétima, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora, neste ato declara e garante que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das






6RTD-RJ 09.09.2013
PROT. 1298506

55

Debêntures, à celebração dos Contratos de Garantia e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas válidas;
- (e) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como a celebração dos Contratos de Garantia, uma vez celebrados, não infringem ou contrariam: (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (y) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (z) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que seja de seu conhecimento e que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e


-f-






6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOC. 1 298506

56

patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período;

- (h) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma da Atualização Monetária das Debêntures, e com a forma de cálculo da Remuneração, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora, o Agente Fiduciário e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (i) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (j) a Emissora, nesta data: (i) está observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um efeito material adverso, segundo critério razoável dos Debenturistas; (ii) está cumprindo com a legislação brasileira em vigor; (iii) o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da Oferta Restrita não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;
- (k) todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da presente Oferta Restrita, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (l) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora, que constam desta Escritura de Emissão, são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos;
- (m) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto: (i) a inscrição da Escritura de Emissão e da AGE na JUCERJA; (ii) o registro das Debêntures na CETIP; e

54



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1 298506

57

- (iii) o registro dos Contratos de Garantia nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
- (n) esta Escritura de Emissão constitui, e os Contratos de Garantia, uma vez celebrados constituirão, obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (o) a Emissora possui, nesta data, e possuirá, na data em que os Contratos de Garantia forem celebrados, pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar os Contratos de Garantia e possui, nesta data, e possuirá, na data em que os Contratos de Garantia forem celebrados, todas as autorizações societárias e demais autorizações necessárias para a constituição das Garantias, incluindo mas não se limitando à anuência da ANEEL;
- (p) as ações empenhadas, os Direitos Creditórios e os direitos a serem cedidos em garantia nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária existem e, exceto pelas Garantias descritas nesta Escritura de Emissão, estão livres e desembaraçadas de qualquer ônus, bem como as ações empenhadas, os Direitos Creditórios e os direitos a serem cedidos em garantia nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária foram devidamente formalizados;
- (q) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (r) a data estimada para conclusão do Projeto é 15 de setembro de 2013;
- (s) a totalidade dos recursos financeiros necessários para a realização do Projeto, desde a data da assinatura do Contrato de Concessão, incluindo sua manutenção e operação, é de aproximadamente R\$ 2.234.310.000,00 (dois bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, trezentos e dez mil reais); e
- (t) a presente emissão de Debêntures representa uma estimativa de 8,95% (oito inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) das necessidades de recursos financeiros do Projeto, sendo que o percentual restante de recursos necessários para a conclusão do Projeto após a emissão das Debêntures e Financiamento BNDES, serão de responsabilidade da Emissora.

[Assinatura]



[Assinatura]



6RTD-RJ 09.09.2013
PROT. 1298506

58

8.2. A Emissora se compromete a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas pela Emissora na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Norte Brasil Transmissora De Energia S.A.

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, sala 303, parte, Jacarepaguá
22775-040, Rio de Janeiro - RJ
At.: Luciano Paulino Junqueira
Telefone: (55 21) 3216-3300
Fac-símile: (55 21) 2421-1432
Correio Eletrônico: luciano.paulino@abengoabrasil.com

Para as Fiadoras:

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Avenida Presidente Vargas, nº 409, 13º andar
20071-003, Rio de Janeiro - RJ
At.: Armando Casado de Araújo
Telefone: (21) 2514-6435
Correio Eletrônico: df@eletrobras.com

Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, sala 303, parte, Jacarepaguá
22775-040, Rio de Janeiro - RJ
At.: Jorge Raul Bauer
Telefone: (55 21) 3216-3300
Fac-símile: (55 21) 2421-1432
Correio Eletrônico: jorge.bauer@abengoabrasil.com

56



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1 298506

59

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca

22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Tel.: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile e/ou e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer uma das partes da presente Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e



[Handwritten signatures and marks]



6RTD-RJ 09.09.2013
PROT. 1298506

60

seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões por ventura resultantes desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão as partes abaixo assinadas em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2013.

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco]



[Assinaturas manuscritas]



6RTD-RJ 09.09.2013
 PROTOC. 1 298506

6º OFÍCIO
 REGISTRO DE
 TÍTULOS E
 DOCUMENTOS

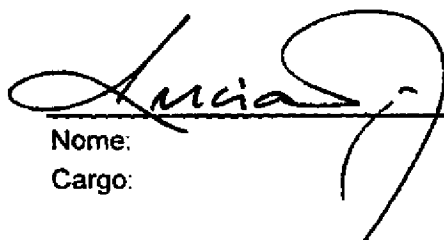
O presente documento está protocolado, registrado e digitalizado sob o número e data declarados à margem.

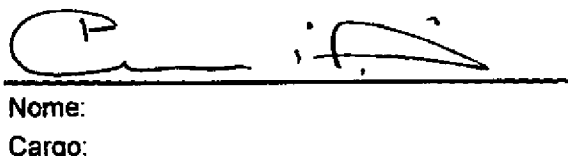
- ☐ SÔNIA MARIA ANDRADE DOS SANTOS - OFICIAL - MATR. 90/126
☒ PAULO CÉSAR ANDRADE DOS SANTOS - 1º SUBSTITUTO - CIPS Nº 26122/024 - RJ
☐ MARCO ANDRÉ DE A. SABÓIA SANTOS - 2º SUBSTITUTO - CIPS Nº 25276/00015 - RN
☐ CLEIA DE ARAÚJO BARRETO - 3º SUBSTITUTA - CIPS Nº 4734128/001-0 - RJ

Rua do Carmo, 57 - 3º andar Centro - Rio de Janeiro 20011-020 Tel: (21) 2233-7878 www.6rtid-rj.com.br

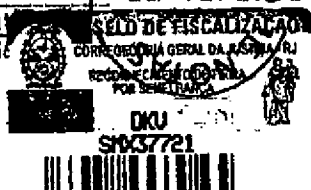
Página de assinaturas 1 de 4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais Fidejussórias, em Duas Séries, da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.


 Nome:
 Cargo:


 Nome:
 Cargo:

182 Ofício de Notas - Tabelião Luis Vitoriano Vieira Teixeira
 Av. Presidente Vargas, 435 12. andar - RJ - Tel: 2507-6151 - Nº 1044042
 Reconheço por semelhança a(s) (assinatura(s)) #
 LUCIANO PAULINO JUNQUEIRA-195/82-924772#
 1. #
 Rio de Janeiro, 27 de Agosto de 2013 as 11:26
 1- Em Testemunha da verdade.
 FERNANDO RENAN DE QUEIROZ - Aut.
 Firma 3.97 + FETJ 0.79 + Fundos 0.60 = R\$5,36



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
 Nire: 33.3.0028685-3
 Protocolo: 00-2013/437318-9
CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº
ED33000448-9/000
 DATA: 03/09/2013
 Valéria G. M. Serra
 SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
 Nire: 33.3.0028685-3
 Protocolo: 00-2013/437318-9 - 30/08/2013
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/09/2013. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO.
ED33000448-9/000
 DATA: 03/09/2013
 Valéria G. M. Serra
 SECRETÁRIA GERAL

RJ - 1046507v1

2o. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
 SRTV/SUL QD. 701 BL. 01 LJ 24 TERREO
 ED. ASSIS CHATEAUBRIAND - BRASÍLIA/DF
 CNPJ/NF 00.618.421/0001-80
RECONHEÇO e dou fe' por SEMELHANÇA a(s)
 (assinatura) de
 FELIZRAMZI-JOSE ORLANDO CINTRA.....
 Em testemunho da verdade.
 BRASILIA, 15 de Agosto de 2013
 selo: 130812013002095145AUPM
 Para consultar, acesse: www.trt-jus.br
 GILVÂNIO GORGES TEIXEIRA - TABELIÃO
 KAMILLO SIEMES CORDEA - TAB. SUBSTITUTO
 FEMERQUES ALVES GOUVEIA - ESC. NOT. AUT.
 IRYIA OLIVEIRA SAIAO PEREIRA - ESC. NOT. AUT.
 ICLEYTON NASCIMENTO BERNARDO-ESC.NOT.AUT.





6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1 298506

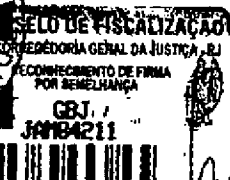
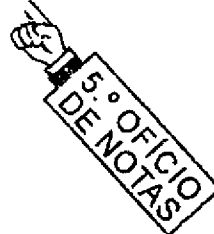
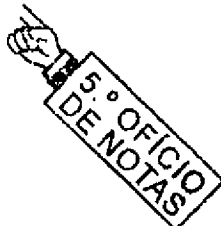
62

Página de assinaturas 2 de 4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais Fidejussórias, em Duas Séries, da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS

27 AGO. 2013

Nome: <u>José Antonio Muniz Lopes</u>	Nome: <u>Armando Casado de Araujo</u>
Cargo: <u>Presidente em Exercício</u>	Cargo: <u>Diretor Financeiro e de Relações com Investidores</u>



CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS DO RJ - SUCURSAL
Rua da Alfandega, 91, Loja C, RJ-Centro - Tel:(21) 2224-3428
Reconheço, por SEMELHANÇA, as firmas de
JOSE ANTONIO MUNIZ LOPES e ARMANDO CASADO DE ARAUJO.
Sucursal, 27 de agosto de 2013. Emol: 8,08 Lei.: 1,58
Em testemunho _____ da verdade. Fnds: 0,76 Funas: 0,30
JOAO RENATO DE MELO LOPES-Substituto 11/08/02378 Total: 10,72

Conferido - Auxiliar
Bruno de Freitas Casemiro
CTPS 128/158 RJ



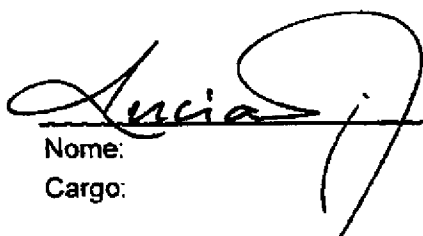


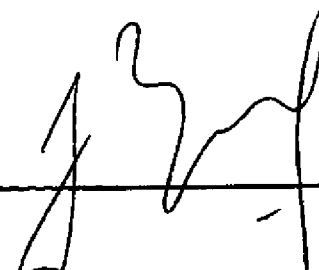
6RTD-RJ 09.09.2013
PROT. 1 298506

63

Página de assinaturas 3 de 4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais Fidejussórias, em Duas Séries, da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

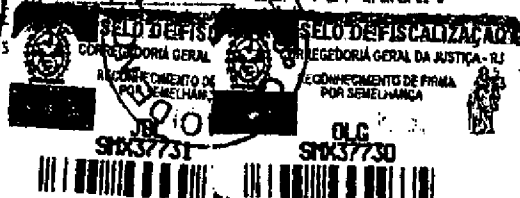
ABENGOA CONCESSÕES BRASIL HOLDING S.A.





Nome:
Cargo:


Nome:
Cargo:

189 Ofício de Notas - Tabelião Luis Vitoriano Vieira Teixeira
Av. Presidente Vargas, 435 12. andar - RJ - Tel. 2507-6151 - Nº 1044047
Reconheço por semelhança a(s) firma(s): #
LUCIANO PAULINO JUNQUEIRA-196/82-SMX3773#
O. JORGE RAUL BAUER-338/25-SMX37731, #===
Rio de Janeiro, 27 de Agosto de 2013 às 11:41:51

2- Em Testemunho da verdade.
FERNANDO RENAN DE
Firma 3.97 + FETJ 0,79 + Fundos





6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK. 1298506

64

Página de assinaturas 4 de 4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais Fidejussórias, em Duas Séries, da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

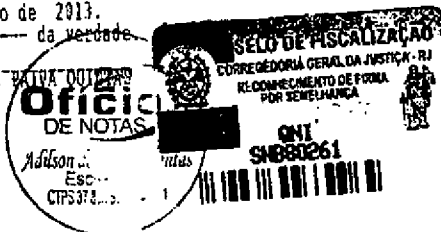

Nome: _____
Cargo: Nathalia Machado Loureiro
Diretora

Testemunhas:

Elisa V. Modesto
Nome: Elisa V. Modesto
CPF: 093.037.377-41

Michelle Barone T. Nascimento
Nome: MICHELLE BARONE T. NASCIMENTO
CPF: 111.010.587-81

2 OFÍCIO DE NOTAS - TABELIAO - ADILSON WAGNER FIRMINO
EST. DOS BANDEIRANTES, 209 - TAQUARA - TEL: 3342-8163 Nº: 130828155310
Reconheço por semelhança a firma de: NATHALIA MACHADO LOUREIRO, a qual
l confero com o padrão arquivado no Cartório.
Valores Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 2013.
Firma.....R\$ 4,09 Em Testemunho da verdade
Proc. dados.....R\$ 1,85
Total.....R\$ 5,94 CTPS-378995144 - ADILSON DE MATA OLIVEIRA



N



65

ANEXO I

Fórmula de Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras (de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil) anuais auditadas da Emissora, com base em períodos de verificação a cada ano civil, a saber:

A) Geração de caixa da atividade

(+)	Disponibilidade (caixa e equivalentes de caixa) final no período imediatamente anterior;
(+)	LAJIDA (EBITDA);
(-)	Pagamento de Imposto de Renda;
(-)	Pagamento de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

B) Serviço da Dívida (*1)

(+)	Amortização de Principal;
(+)	Pagamento de Juros.

(*1) (a) O Serviço da Dívida engloba a dívida oriunda do Financiamento BNDES, das Debêntures e dívidas de curto prazo contraídas pela Emissora. (b) No primeiro ano de operação da Emissora, somente será considerado o Serviço da Dívida nos meses em que a Emissora opere o mês completo.

C) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA = (A) / (B)

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+/-)	Lucro / Prejuízo Antes do Imposto de Renda;
(+/-)	Resultado Financeiro Líquido Negativo / Positivo;



6RTD-RJ 09.09.2013
PROTOK.1 298506

66

(+/-)	Resultado com Equivalência Patrimonial Negativo / Positivo;
(+)	Depreciações e Amortizações;
(+/-)	Perdas (desvalorização) por Impairment / Reversões de perdas anteriores;
(+/-)	Resultado com operações descontinuadas Negativo / Positivo;
(-)	Outras receitas operacionais; (*1)
(+)	PIS e COFINS diferidos no exercício por conta da aplicação da ICPC 01; (*2)
(-)	Margem de construção (Receita de construção - Custo de construção); (*3)
(-)	Receita com Ativo Financeiro da Concessão; (*4)
(-)	Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção; (*4)
(+)	Montante recebido pela empresa a título de Receita Anual Permitida; (*4)
(+)	Parcela de PIS e COFINS deduzida da Receita Anual Permitida + demais deduções da Receita Operacional Bruta (exceto PIS e COFINS);
(+/-)	Outros Ajustes IFRS. (*5)

- (*)
- (*1) Outras receitas operacionais tais como lucro na alienação de imobilizado, investimentos ou intangível, a título meramente exemplificativo.
- (*2) O valor referente ao pagamento, dentro do exercício apurado, de Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS diferidos em exercícios anteriores deverá ser diminuído da conta do LAJILDA (EBITDA).
- (*3) Eliminar o efeito positivo da margem de construção (ICPC 01/ IFRIC 12).
- (*4) Deverá ser desconsiderado qualquer resultado positivo na Demonstração do Resultado do Exercício cuja contrapartida seja o Ativo Financeiro da Concessão (ICPC 01/ IFRIC 12) e Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção (ICPC 01/ IFRIC 12) que não representam efetiva entrada de caixa operacional ou que ultrapassem os valores efetivamente recebidos através da Receita Anual Permitida.
- (*5) Os "outros Ajustes IFRS" consistem na adição de eventuais despesas que não impliquem efetiva saída de caixa operacional, bem como na subtração de eventuais receitas que não impliquem efetiva entrada de caixa operacional.
- 66
